

REVISTA DE GEOGRAFIA



PPGEO

Programa de Pós-Graduação
em Geografia ufjf

**EM BUSCA DO SONHO DA CASA PRÓPRIA:
A FALÁCIA DA PROPAGANDA DO CONJUNTO RESIDENCIAL
VILA OPERÁRIA, ALTO DAS AMORAS, VIÇOSA(MG)**

**IN SEARCH OF THE DREAM OF HOME OWNERSHIP:
THE FALLACY OF THE ADVERTISING OF THE HOUSING COMPLEX
VILA OPERÁRIA, ALTO DAS AMORAS, VIÇOSA (MG)**

Dayana Debossan Coelho
Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ)
R. Miguel de Frias, 9 - Icaraí, Niterói - RJ, 24220-900
dayanadebossan78@gmail.com.

Resumo

No início dos anos 1960 uma grave crise de moradia afetou as cidades brasileiras. Para enfrentá-la o Estado investiu intensamente no financiamento da habitação através da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH). No âmbito estadual instituiu-se a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB-MG) e em Viçosa (MG) fundou-se a Cooperativa Habitacional de Viçosa (COHAVI). Neste artigo centraram-se esforços para compreender a política habitacional gestada em âmbito federal e os desdobramentos espaciais na cidade de Viçosa. O conjunto residencial Vila Operária, contemplado com o financiamento do BNH, se instalou no Alto das Amoras (bairro periférico da cidade). O modelo periférico do conjunto habitacional desencadeou um processo de seletividade espacial e fragmentação socioespacial (ou estratificação social), criada pelos próprios agentes da COHAB-MG e COHAVI. O Estado promoveu a dispersão urbana da moradia dos grupos populares, deslocando-os para as áreas distantes dos espaços de maior oferta de emprego, de consumo de bens e serviços coletivos e de lazer. O sonho da casa própria (acalentado durante uma vida), mesmo que essa não se apresentasse com as condições mínimas de habitabilidade, foi resultado do esforço do migrante para estar inserido, mesmo que precariamente, no meio urbano.

Palavras-chave: Estado, política habitacional, Vila Operária, Alto das Amoras e periferia.

Abstract

In the early 1960s a severe housing crisis affected the Brazilian cities. In order to face it, the State invested heavily in financing housing through the creation of the National Housing Bank (NHB) and the Housing Finance System (HFS). At state level, the Housing Company of Minas Gerais (COHAB-MG) was instituted and, in Viçosa (MG), the Housing Cooperative of Viçosa (COHAVI) was founded. This article focuses on efforts to understand the housing policy conceived at federal level and the spatial consequences in the town of Viçosa. The residential complex Vila Operária, awarded with funding from NHB financing, was settled on Alto das Amoras (a peripheral neighborhood of the town). This peripheral model of housing triggered a process of spatial selectivity and socio-spatial fragmentation (or social stratification), created by COHAB-MG and COHAVI agents themselves. The State promoted the urban sprawl of housing of popular groups, by moving them to areas distant from spaces which offered more employment, consumption of goods and collective and leisure services. The dream of home ownership (cherished during a lifetime), even if it did not present the minimum living conditions, was the result of the migrant's effort to be inserted, even if precariously, in the urban environment.

Keywords: State, housing policy, Vila Operária, Alto das Amoras and periphery.

1. Introdução

Este artigo representa uma versão modificada de um dos capítulos da dissertação de mestrado “O direito à moradia: uma análise da provisão habitacional em Viçosa (MG) entre 1964-1986”. Salienta-se, ademais, que as reflexões apresentadas estão integradas à pesquisa “Formação das periferias urbanas de Viçosa-MG: os casos de Nova Viçosa e Amoras (1970 e 1980)”, coordenada pela professora Dra. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo. O apoio financeiro de ambas foi concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A questão urbana e, no seu interior, a questão habitacional, são um dos grandes desafios colocados para a sociedade brasileira. No decorrer de quarenta anos, notadamente no período que se estendeu de 1940 aos anos de 1980, a população brasileira galgou da condição de predominantemente rural para majoritariamente urbana. Viçosa, cidade de pequeno porte localizada na Zona da Mata Mineira (MG), experimentou, naquele período, um aumento representativo de sua população urbana em decorrência dos fluxos migratórios da área rural da cidade e do entorno (sua microrregião). Entre 1960 a 1980 deu-se uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência e trabalho da população viçosense.

Com o crescimento da população urbana no país e em Viçosa, a questão habitacional ganhou maior visibilidade. A migração campo-cidade trouxe um elemento importante para a inflexão urbana: o alojamento dos migrantes. No início dos anos 1960 a crise de moradia se intensificou nas cidades brasileiras, para enfrentá-la o Estado investiu intensamente no financiamento da habitação através da criação em 1964 do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH). No âmbito estadual foi instituída a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB-MG) e na esfera municipal, em 1973, nasce a Cooperativa Habitacional de Viçosa (COHAVI). Esta em associação com as demais escalas (estadual e nacional) subsidiaram o conjunto Habitacional Vila Operária localizado no Alto das Amoras, bairro periférico da cidade.

Um dos elementos que explica o fluxo migratório em direção a Viçosa foi à federalização da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) em 1969. Outros componentes responsáveis pelo crescimento populacional da cidade foram à construção da BR-120 em 1973 e a pavimentação de rodovias da microrregião de Viçosa em 1978. Esses acontecimentos, além de terem fomentado a indústria de construção civil, se constituíram como um “ímã” ao atrair a força de trabalho da região. É importante ressaltar que a construção da BR-120 e complementação do asfaltamento das estradas vicinais favoreceram as transações efetuadas entre a COHAVI e a COHAB-MG, pois muitos acordos/convênios dependiam do contato estabelecido entre o prefeito da cidade e o

presidente da Cooperativa com as autoridades estaduais e federais localizadas, sobretudo em Belo Horizonte e Brasília.

Reflexo da centralização do poder no âmbito da União a Universidade auferiu, após a federalização, recursos financeiros para sua expansão física, incluindo a ampliação do seu quadro de funcionários/servidores e a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação. As construções e as ampliações do campus universitário (novas edificações, obras de pavimentação e paisagismo) conduziram à diversificação dos grupos sociais e fomentaram as atividades do setor de construção civil. Parte do fluxo migratório era constituída por camadas sociais com maior poder aquisitivo como os funcionários, servidores, professores da Universidade e estudantes e, outra parte pelas camadas populares que se deslocavam em busca de uma proposta de emprego.

A ampliação dos cursos na universidade resultou na criação vários loteamentos, cujo objetivo era abrigar as distintas camadas sociais. Dos loteamentos criados – transformados em futuros bairros da cidade – alguns visavam atender o público de maior renda como o localizado no bairro de Ramos e Clélia Bernardes; outros se destinavam à classe média, como os bairros João Braz, Betânia, Santa Clara, Santo Antônio e Silvestre; e, finalmente, para atender as classes populares, foram reservados os bairros de Nova Viçosa e Amoras.

A construção de um bairro popular era um velho sonho das classes menos favorecidas de Viçosa, uma vez que, uma expressiva demanda de famílias com nível de renda baixo estava, até então, estacionada fora dos interesses do mercado. Contudo, em função da valorização da área central da cidade, os proprietários fundiários e promotores imobiliários fomentam um mercado de terra para atender as camadas sociais ocupadas por migrantes e pobres urbanos.

Sabendo que há muito os grupos populares se debatiam com a falta de habitação e o custo elevado das residências na cidade, Antônio Chequer – prefeito da época (1973-1976) – prometeu aos pobres migrantes de Viçosa e da sua microrregião a possibilidade de conquistar o sonho da casa própria. Para alcançar este desejo era necessário que os segmentos populares adquirissem por doação ou compra um lote em Amoras.

De acordo com a estrutura de classificação das demandas habitacionais do BNH existiam, basicamente, três faixas de rendimento familiar mensal a serem atendidas: o mercado popular, o mercado econômico e o mercado médio. O primeiro era voltado à população de baixa renda (com faixa de renda de um a três salários mínimos); o segundo direcionado a baixa classe média (com faixa salarial entre três e cinco salários mínimos) e o terceiro orientado para as camadas de renda média e alta da população (com faixa salarial

acima de cinco salários mínimos). Neste artigo analisar-se-á o projeto habitacional contemplado com o financiamento do BNH e destinado à clientela que constituía o mercado popular – caso da Vila Operária localizada no Alto das Amoras.

2. Materiais e métodos

O recorte temporal-analítico desta pesquisa englobou o período de 1964 a 1986. No ano de 1964 o país enfrentou profundas transformações políticas, econômicas e sociais que contribuíram para a criação do BNH. Este foi o principal agente do governo federal no campo urbano, um componente crucial para a produção do espaço urbano. Um instrumento de intervenção nas cidades, em especial, voltado à política habitacional. As investigações da pesquisa terminam no ano de 1986, quando tal banco é extinto.

Entende-se que este recorte abarca um momento na história do país em que a pressão exercida pelos movimentos sociais (nas ruas, nas greves e no campo) por políticas públicas de qualidade (educação, moradia, saúde etc.) e redução da desigualdade social foi abrandada pelo Estado na tentativa de conter a insatisfação popular. O Estado atacou questões com grande repercussão na vida do trabalhador – a exemplo da política habitacional – buscando ampliar a legitimidade do regime militar. No âmbito local, o marco cronológico é importante para entender uma particularidade da produção socioespacial de Viçosa: a questão habitacional. Ele abarca os processos político-econômicos que envolveram a criação da COHAVI e o desenvolvimento de projetos habitacionais. Esta Cooperativa foi o primeiro órgão responsável pela política habitacional na escala do município e um instrumento de referência para a elaboração de planos urbanísticos.

Nesta pesquisa centraram-se esforços para compreender a política habitacional gestada em âmbito federal e os desdobramentos espaciais na cidade de Viçosa. Buscando atingir este objetivo e os demais questionamentos suscitados foi necessário percorrer distintos caminhos metodológicos. Realizaram-se levantamentos nos principais jornais da cidade (Fôlha de Viçosa, Integração, Folha da Mata), no conjunto legislativo (Atas da Câmara, Ato Legislativo, Correspondências, Decreto Lei, Projetos de Lei, Portaria de Lei, Leis e Remessas de Lei), nas informações de vendas e doações dos lotes de Amoras junto Cartório de Registro de Imóveis (CRI) e nos registros bibliográficos.

Para a interpretação destas fontes lançou-se mão do procedimento de análise de conteúdo, objetivando entender os discursos proferidos pelo Estado, proprietários fundiários e promotores imobiliários, bem como a demanda habitacional dos grupos sociais. Tal metodologia associa-se ao tratamento e análise de informações constantes em um

documento. Um dos problemas mais complexos para a análise dos conteúdos existentes nos jornais e na legislação utilizados foi identificar e distinguir as informações e dados que retratavam a realidade daqueles que se apresentavam na forma de opinião ou no discurso de determinados grupos. Diante disso, buscou-se relativizar os discursos e informações propalados, pois a grande maioria vincula-se a partidos ou a políticos que utilizam estrategicamente estes veículos como um dos principais canais de manifestação e propagação de seus ideais e interesses, bem como dos segmentos econômicos que os mesmos representam.

A pesquisa também foi subsidiada por entrevistas semiestruturadas realizadas com os moradores mais antigos de Amoras. O tamanho da amostra das entrevistas se pautou no método descrito por Barbeta (2011). Tal método baseia-se no estabelecimento de um erro amostral tolerável ($E_0 E_0$)¹, que no caso do estudo foi de 10% seguido de uma correção para o tamanho da população, os quais foram calculados pelas fórmulas a seguir:

em que:

$n_0 n_0$ primeira aproximação para tamanho da amostra.

$E_0 E_0$ erro amostral tolerável.

$$n = \frac{N * n_0}{N + n_0}$$

em que:

n_0 é o tamanho da amostra.

N tamanho da população.

O tamanho da amostra foi definido pelo tamanho da população, sendo esta estabelecida pelo total de imóveis edificados no bairro. O número de imóveis edificados foi obtido junto ao Departamento de Cadastro e Tributos Imobiliários da Prefeitura de Viçosa

¹O erro amostral consiste na diferença entre uma estatística e o parâmetro que se deseja estimar. Logo, o erro amostral tolerável especifica o quanto o pesquisador admite errar na avaliação do (s) parâmetro (s) de interesse (BARBETA, 2011).

localizado na Secretaria de Fazenda. Em Amoras este número correspondeu a 333, a partir disso, determinou-se o tamanho da amostra: 76,9; para fins de aproximação foram aplicadas 77 entrevistas.

A aplicação das entrevistas teve os seguintes objetivos: identificar o lugar de origem dos migrantes, bem como compreender os motivos que os levaram a se deslocar; apontar e compreender as condições infraestruturais, empregatícias e socioeconômicas encontradas nos primeiros anos em Amoras, bem como capturar as principais reivindicações dos moradores e identificar a organização dos mesmos na luta pela moradia.

As análises e investigações desta pesquisa tiveram como intuito compreender o projeto habitacional contemplado com o financiamento do BNH e direcionado aos grupos populares. Nesse sentido, as próximas seções têm como objetivos: entender a constituição do “Projetaço”; avaliar a propaganda em torno da Vila Operária; analisar as condições infraestruturais e sociais deste conjunto residencial e capturar as lutas enfrentadas pelos moradores deste novo espaço, visando contornar as situações de precariedade e alcançar visibilidade sociopolítica perante as autoridades locais.

3. “O PROJETAÇO”: a construção de unidades habitacionais no Alto das Amoras

O “Projetaço” foi um programa habitacional de iniciativa da Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV) em parceria com a COHAVI. Na proposta de seus idealizadores, Antônio Chequer (prefeito da época) e Carlos Dias da Costa (diretor da COHAVI) este projeto buscava atender uma antiga demanda de moradia popular na cidade. Este plano habitacional foi regulamentado pelo Projeto de Lei nº 20/75 que constava: “fica aprovado o loteamento [...] localizado à esquerda da antiga estrada que liga Viçosa-Ponte Nova (Alto do Amoras) de propriedade da Cooperativa Habitacional de Viçosa, Vila Operária” (CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA, 1975, s/p). Buscando demarcar os limites desta Vila, foi instituído o Projeto de Lei nº 38/75 que delimitava a “[...] Rua do Contorno, aquela que contorna o loteamento de propriedade da Cooperativa Habitacional” (ibid., s/p), como se pode ver na Figura 1.

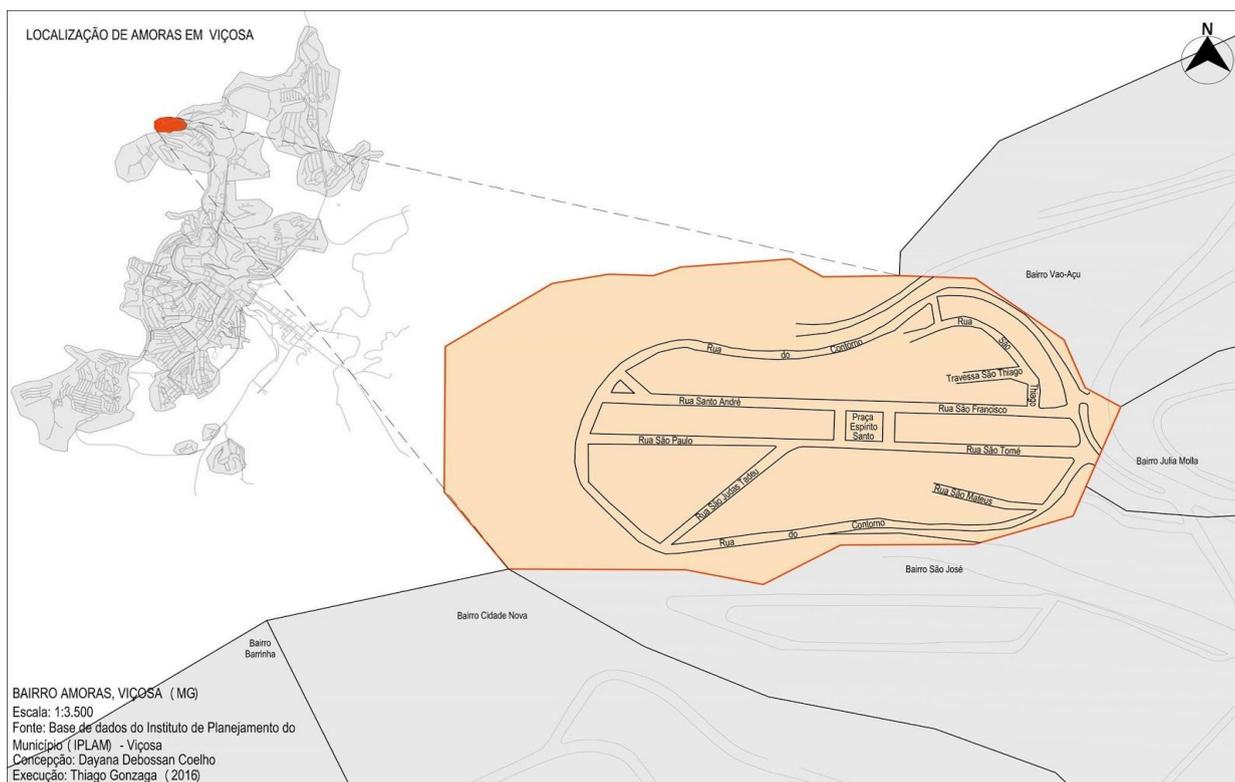


FIGURA 1. Localização do bairro Amorás, Viçosa (MG).

A primeira notícia a respeito do programa habitacional se deu em vinte e sete de janeiro de 1974, quando o jornal *Fôlha de Viçosa* registrou uma matéria intitulada *Prefeito: duzentos e vinte operários já têm seus lotes garantidos pelo loteamento da cooperativa*, dando destaque a Antônio Chequer e ao número de beneficiados. Os 220 lotes iriam ser destinados a funcionários e operários que haviam se inscrito em uma lista junto à prefeitura (FÔLHA DE VIÇOSA, 1974).

O lugar de concretização deste loteamento foi à localidade de Amorás. Este nome advém de relatos dos primeiros moradores, pois a paisagem do local onde se instalou o bairro era inicialmente marcada por um matagal com diversos pés de amora. Devido a este fator, o lugar ficou conhecido como Alto das Amorás. Em 1971 começou a ocupação desta localidade e em 1975 ocorreu a sua regulamentação enquanto bairro através da Lei nº 125 por Antônio Chequer. Por meio do Projeto de Lei nº 20/75 o bairro foi renomeado, passando a se chamar Arduíno Bolivar (CÂMARA MUNICIPAL, 1975). A mudança de nome foi uma homenagem prestada por Chequer a um amigo e professor da Universidade Federal de Viçosa, Arduíno Bolivar. Contudo, os moradores do bairro, por uma questão de identidade, continuam o chamando de Amorás.

Amoras fazia parte de um antigo distrito de Viçosa, tendo sido criado dois anos após a federalização da Universidade, ocorrida em 1969. Anteriormente, em parte da área que constitui o bairro, havia uma colônia agrícola de imigrantes estrangeiros de origem alemã, espanhola e nipônica, denominada Vaz de Melo. Nela realizava-se o plantio selecionando de cereais, tendo o milho como o principal produto (IBGE, 1959), segundo dados do Cadastro de Imóveis de Viçosa (1971), esta colônia tinha cerca de 154.880 m².

A escolha do bairro pela COHAVI e PMV se pautou no preço dos terrenos. Como Amoras se situava na periferia de Viçosa, os capitais injetados nas glebas eram baixos (equipamentos de uso coletivo, serviços de infraestrutura etc.), logo, apesar da possível fertilidade das terras, os poucos investimentos contribuíram para que os terrenos fossem baratos. Portanto, tratava-se de uma área rural de baixo valor monetário que foi incorporada a malha urbana.

Após receber a escritura do terreno, a COHAVI convocou seus associados para uma reunião no Cine Odeon em nove de março de 1975, com a finalidade de explicar a estrutura básica de distribuição dos seus primeiros lotes. Segundo Carlos Dias da Costa, se fossem vendidos a particulares com intenções lucrativas os lotes teriam seu preço oscilando entre Cr\$ 4.000,00 e Cr\$ 5.000,00, mas como a Cooperativa representava a “força viva do trabalho e amor ao operário viçosense”, os estaria distribuindo por Cr\$ 350,00, Cr\$ 400,00 e Cr\$ 450,00 (FÔLHA DE VIÇOSA, 1974, s/p). A empresa responsável pela demarcação e venda dos lotes foi a Construtora e Incorporadora Chequer Ltda., de propriedade de Antônio Chequer. As práticas espaciais desta imobiliária se caracterizaram pela “fagocitose” das áreas rurais e a sua futura conversão em áreas urbanas, assim como pelo estabelecimento de malhas territoriais que conectaram a área central da cidade ao futuro bairro de Amoras.

No folheto de propaganda da COHAVI anunciando a venda dos lotes constava a afirmação de que o loteamento Alto das Amoras iria dispor de ônibus, escolas nas proximidades, comércio, infraestrutura etc. Contudo, ao obter o lote as condições infraestruturais encontradas no bairro foram as mais diversas. Os migrantes relataram que o lugar era uma antiga fazenda, marcada por uma paisagem de exuberantes pés de amoras e que após os anos iniciais, surgiram timidamente as primeiras casas. Não existia estrada, apenas a demarcação, as pessoas transitavam em trilhos. Alguns disseram que o lugar se assemelhava muito a área rural, pois não havia infraestrutura (água encanada, calçamento, iluminação pública e rede de esgoto).

A distribuição das casas (por compra ou doação) no conjunto habitacional Vila Operária se operou de duas maneiras, uma na qual os migrantes receberam da COHAVI a casa pronta e outra em que obtiveram da Cooperativa somente o lote, restando aos mesmos à autoconstrução de suas moradias. As casas prontas no conjunto foram adquiridas através de compra, aluguel, doação e outras formas (casos de herança e troca de lotes)². Verificou-se que a maioria dos lotes em Amoras foi comprada, tal informação desmitifica, ao nível da amostra, o mito acalentado por muitos de que Antônio Chequer teria doado grande número de terrenos neste bairro. Os lotes doados representavam apenas 10% do total (Tabela 1).

TABELA 1

Forma de aquisição dos lotes em Amoras

Forma de aquisição dos lotes	(%)
Alugado	6,0
Comprado	81,0
Doado	10,0
Outros	23,0
Total	100,00

Fonte: Adaptado de COELHO e CHRYSOSTOMO (2013).

Mas não foi somente Antônio Chequer quem doou terrenos no bairro, identificou-se que outros atores também se destacaram: Associação São Vicente de Paula, o ex-prefeito José Américo Garcia e a PMV. Contudo, a mídia impressa lançou luz apenas sobre o personagem Chequer, omitindo a participação de outros sujeitos sociais. Também se ocultou o local das doações dos lotes, em geral, próximos a brejos e de pouca acessibilidade, ou seja, em terrenos que possuíam valor imobiliário reduzido.

De acordo com o Tabela 1 a maior parte das operações imobiliárias efetuadas foram às vendas. Em entrevista no bairro, 60% dos entrevistados disseram que não tiveram dificuldades na aquisição dos terrenos; 37% alegaram dificuldades e 3% não souberam responder. O número elevado de pessoas que não tiveram problemas para pagar o lote

²O Projeto de Lei nº 34/75 autorizou o Poder Executivo a isentar durante cinco anos todos os proprietários do bairro Amoras, cujos lotes pertencessem a COHAVI (CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA, 1975). Autorizado pelo prefeito Antônio Chequer.

pode estar associado aos preços das terras e seu parcelamento (quatro, doze ou dezoito meses, existindo em cada caso um pequeno aumento). Observou-se no depoimento dos que disseram que tiveram empecilhos no pagamento do lote que a habitação passou a compor, no conjunto de necessidades básicas de sobrevivência dos trabalhadores, um dos elevados custos de sua reprodução.

No que diz respeito à forma de pagamento dos terrenos, 53,2% efetuou o pagamento à vista, 27,4% à prestação, 1,6% outros (negociações) e 17,7% não souberam responder. Este panorama revela que a forma predominante de pagamento foi à vista. O preço dos terrenos foi o que mais impulsionou a ida de migrantes para o bairro. Este aspecto é referendado na análise de Valladares (1980) quando coloca que a periferia simboliza uma solução orçamentária, uma vez que, é uma das possibilidades mais viáveis economicamente para os grupos populares.

Os motivos revelados pelos migrantes em relação aos seus deslocamentos em direção a Amoras indicam o empobrecimento do campo, a falta de emprego, a dificuldade de acesso a terra e, em menor parte, os motivos pessoais. Dentre os motivos pessoais apareceram: busca por um lugar mais sossegado, casamento, conflitos familiares, divórcio, possibilidade de ficar perto da família e amigos, sair da casa dos pais, solidão na roça, pagamento de dívidas, possibilidade de trabalho e viuvez.

A migração dos contingentes populacionais para a Vila Operária também teve como justificativa a busca de melhores oportunidades para a criação dos filhos, já que os migrantes vislumbravam nas áreas urbanas maior facilidade de acesso à educação e as demais infraestruturas. Mas de onde vieram estas pessoas? Constatou-se que a maior parte que se deslocou para a Vila Operária era oriunda da própria cidade de Viçosa e, em menor parte, das áreas rurais das pequenas cidades localizadas na sua microrregião (Tabela 2).

TABELA 2

Lugar de origem dos migrantes

Lugar de origem	(%)
Microrregião de Viçosa	25
Viçosa	56
Zona da Mata	4
Outros	15
Total	100,00

Fonte: COELHO e CHRYSOSTOMO (2013).

Identificou-se que os bairros de origem dos migrantes foram: Barrinha, Betânia, Bom Jesus, Centro, Sagrada Família, Santa Clara, Santo Antônio, São José do Laranjal, Nova Era, Vale do Sol e Violeira. No caso dos migrantes oriundos do centro da cidade pode-se inferir que parte deles foi expulsa por meio da Lei 609 de 1971 – que proibia a construção de casebres no centro – e pela própria especulação imobiliária. Após a federalização da universidade, uma das providências tomadas para rechaçar a favelização que crescia na área central foi a compra de terrenos periféricos, situados na zona rural da cidade, como aconteceu com a Fazenda Colônia Vaz de Melo – que posteriormente deu origem ao bairro Amoras.

Importante lembrar que as pessoas que residiam no centro já haviam experimentado uma primeira etapa migratória, ou seja, aquela do campo em direção à cidade. Tal etapa foi constituída por migrantes oriundos das áreas rurais de Viçosa e de sua microrregião. A segunda etapa foi representada por migrantes intraurbanos, na qual os indivíduos se direcionaram da área central para Amoras. Os pobres pelejavam para conquistar o direito à propriedade e, em função disso, mudavam dentro da cidade.

Dos municípios localizados no entorno e que se deslocaram para Amoras apareceram: Araponga, Canãa, Cipotânea, Paula Cândido, Porto Firme, São Miguel do Anta e Teixeiras. Quanto aos da Zona da Mata, Ponte Nova se destaca. Na categoria outros, identificamos cidades como: Belo Horizonte (MG), Guaraciaba (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e áreas rurais das pequenas cidades localizadas na região. As principais razões expressas pelos migrantes que vieram de cidades grandes foram morar em uma cidade mais tranquila e, conseqüentemente, menos violenta. O argumento básico dos migrantes de cidades pequenas e de suas áreas rurais foi morar numa cidade com mais infraestrutura hospitalar, educacional e empregatícia.

Segundo Santos (2014), as migrações brasileiras são verdadeiras migrações forçadas, promovidas pelo fato de que o jogo de mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos. São, continuamente, também migrações vinculadas ao consumo e a inacessibilidade a bens e serviços essenciais. Verificou-se que as expectativas dos migrantes ao mudar para Amoras se vinculavam ao desejo de sair do aluguel, ao sonho de adquirir a casa própria, as melhorias na qualidade de vida (acesso à educação, saúde, lazer etc.), ao anseio de conseguir emprego com carteira assinada, ao acesso a serviços urbanos, à luta pela sobrevivência e a esperança de ser feliz.

Nesse processo migratório detectou-se que na ocupação de Amoras a maioria dos migrantes (83%) chegou ao bairro acompanhada de suas famílias. Quando se mudaram, os migrantes contaram, em sua maioria, apenas com os seus próprios recursos, conforme Figura 2. Na categoria outros, dois agentes se destacaram: a Prefeitura Municipal de Porto Firme e ex-patrões que ajudaram na mudança dos migrantes.

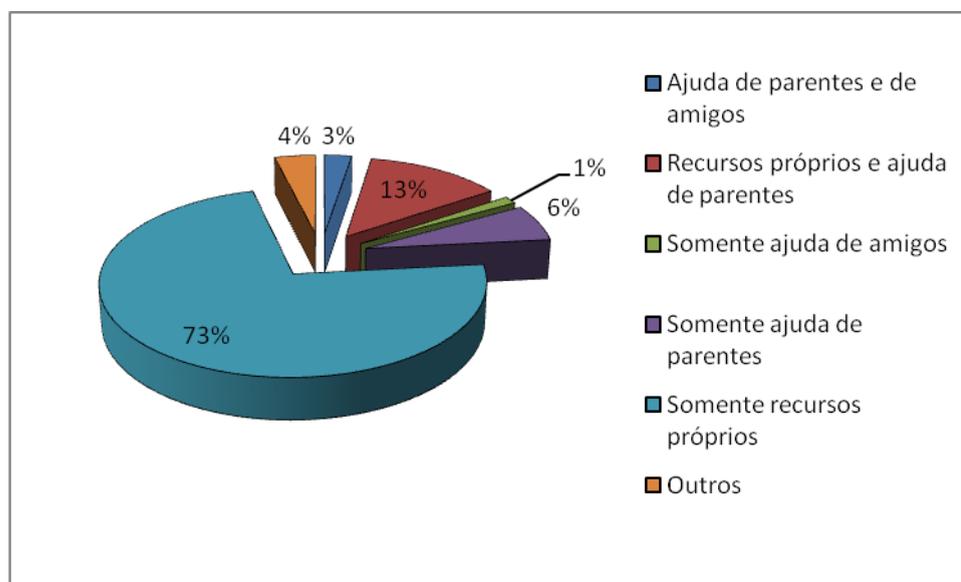


FIGURA 2. Tipos de auxílio recebidos. Fonte: Coelho e Chrysostomo (2013).

Diante da situação enfrentada pelos moradores ao chegar a Amoras, ainda houve casos em que os lotes doados ou vendidos pela COHAVI foram entregues sem que a casa estivesse edificada, ficando a construção a cargo dos migrantes. Nesta situação, as moradias foram autoconstruídas pelos seus moradores com auxílio de parentes, amigos e vizinhos no sistema de mutirão. Este, segundo Gohn (1991), é uma prática que envolve o trabalho coletivo, trata-se de uma estratégia das classes populares visando baratear e assegurar a construção de sua moradia.

No que diz respeito à construção das moradias, a maioria dos entrevistados disse que utilizaram recursos próprios (55%). Os que contaram somente com a ajuda de outros recursos representaram 12%, sendo este auxílio promovido pela Conferência São Vicente de Paula e por Antônio Chequer. Houve um caso isolado em que o ex-patrão pagou o terreno do empregado e descontava no seu salário e nas suas férias.

Chequer utilizou estrategicamente a doação de materiais de construção (areia, cimento, janela, ferragem, tijolo etc.), assim como a de terrenos, para obter ganhos eleitorais

(a conhecida troca de favores) e legitimar uma imagem na qual seria venerado como protetor dos pobres.

Os moradores que solicitaram empréstimos (7%) recorreram a bancos, familiares e amigos. Os mutirões (somente 3%) e os associados a outras formas de ajuda (mutirão, empréstimo e recursos próprios 4%) estiveram vinculados a levantamentos de paredes e construções de lajes (Figura 3).

Os recursos próprios empregados na construção das casas foram salário, poupança e outros rendimentos. A categoria somente salário foi a que mais se destacou (47%), seguida da de salário e poupança (10%). Na classe salário e outros rendimentos (8%), destacaram-se nos rendimentos a venda de terrenos adquiridos sob a forma de herança, venda de propriedade na cidade de origem, dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), venda de carro e venda de tijolos feitos em olaria. Uma parcela significativa (22%) não soube responder qual tipo de recurso empregou na construção de suas casas.

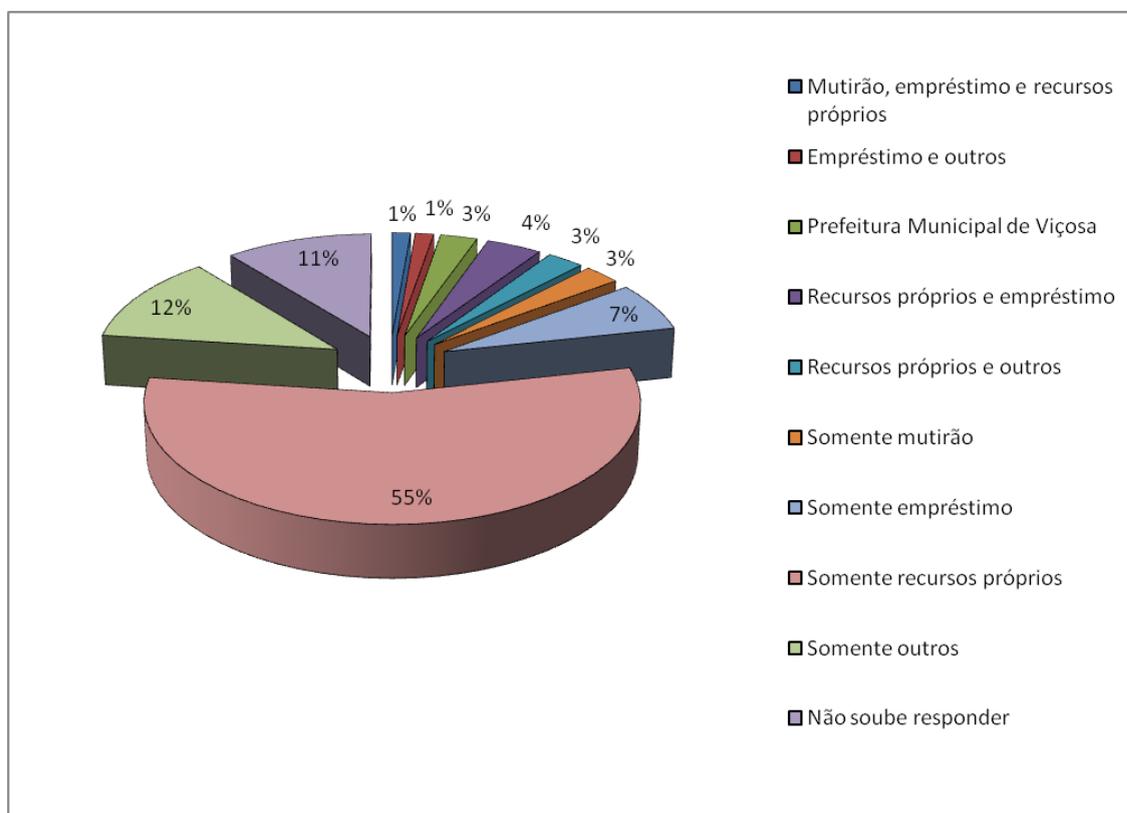


FIGURA 3. Tipos de auxílio utilizados na construção das casas. Fonte: Coelho e Chrysostomo (2013).

Os migrantes que se destinaram a Amoras (tanto os que obtiveram a casa pronta quanto os que autoconstruíram sua moradia) tiveram seus direitos mutilados, pois passaram a depender da “boa vontade” do loteador, Antônio Chequer, para instalar os serviços básicos

garantidos em lei³. Distribuindo lotes no conjunto habitacional através de doações como se fossem presentes pessoais, o político Antônio Chequer se elegeu continuamente e trocou favores com seus financiadores de campanha. Portanto, em Viçosa a esfera do público e do privado se confundiu de forma intolerável, em detrimento do indivíduo e do cidadão. Esta prática clientelista, contudo, foi escamoteada pela imprensa local. Os jornais e as associações civis, religiosa e militar iniciaram uma campanha em prol de Antônio Chequer, na qual a imagem de “pai dos pobres viçosenses” foi ressaltada. Aproveitando-se do seu prestígio político, Chequer utilizou as doações para aumentar a sua popularidade.

A conquista da casa própria contou principalmente com o esforço dos moradores, tendo uma participação mínima do Estado. No caso da autoconstrução verificou-se que este processo de produção não teve apenas significado econômico (para as classes populares terem acesso à moradia), ele também foi portador de um conteúdo sociopolítico que agregou solidariedades. A autoconstrução em Amoras revelou o espírito alegre e a fraternidade entre os moradores, contudo este caráter de solidariedade ocorreu à custa de árduas jornadas de trabalho que, por sua vez, consumiram as horas que seriam de descanso.

O discurso da COHAVI não convergiu para as reais condições infraestruturais encontradas no bairro pelos migrantes. Portanto, o sonho da casa própria (acalentado durante uma vida), mesmo que essa não se apresentasse com as condições mínimas de habitabilidade, foi resultado do esforço do migrante para estar inserido, mesmo que precariamente, no meio urbano.

O conjunto habitacional Vila Operária, financiado pelo Estado e destinado aos grupos populares, foi construído em descontinuidade com o tecido urbano, em área sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo. Portanto, as camadas menos abastadas foram “empurradas” pelo Estado para a área periférica da cidade, caracterizada pelo afastamento espacial e precariedade das condições de vida urbana. Trata-se do confinamento dos grupos menos abastados em áreas pouco valorizadas (áreas de riscos ambientais, como encostas e margens de rios e áreas de proteção ambiental definidas por lei etc.), além da flagrante negação do direito de ter direitos. Contraditoriamente, os

³O Código de Obras do Município, Lei n. 280/1956 vigorou até 1979 quando foi instituído a Lei Municipal de Parcelamento do Solo - Lei n. 312/79. Ambos dispunham sobre o parcelamento do solo e as obrigatoriedades do loteador - instauração de serviços básicos, arborização etc. (DIAS et. al., 2011).

conjuntos construídos para os operários acentuaram a desigualdade socioespacial na cidade.

Em Viçosa acredita-se que a utilização do termo Vila Operária tenha sido inspirado na experiência brasileira. Bonduki (1999) assinala que, num primeiro momento, as possibilidades apresentadas à população migrante e aos trabalhadores que afluíam para as grandes cidades foram os cortiços. Posteriormente, a necessidade de medidas por parte do Estado, no sentido de solucionar os problemas de saúde pública, levou à criação das vilas.

Até 1930, sob a denominação de “vilas operárias”, eram reunidas no país uma diversidade de situações: conjuntos construídos por empresas imobiliárias para aluguel ou venda a proletários urbanos por empresas ferroviárias para seus funcionários, por indústrias e usinas para seus operários e pelo Estado. Em Viçosa, entendia-se como Vila Operária o conjunto residencial construído pela Construtora e Incorporadora Chequer Ltda., colocado à venda e, em alguns casos, a doação destinada aos proletários urbanos da cidade. O conjunto no Alto das Amoras se caracterizou por unidades habitacionais horizontais de pequenas moradias unifamiliares.

Uma das problemáticas da cidade e do urbano vivenciada pelos moradores de Amoras foi à luta por moradia. Ver-se-á no próximo bloco que tal luta evidenciou a ação dos sujeitos políticos, imprimindo sua marca no enfrentamento cotidiano contra o capital. Também abarcar-se-ão as questões infraestruturais do conjunto Vila Operária, as esperas vivenciadas pelos moradores até que os serviços básicos fossem implantados, as estratégias para driblar os problemas encontrados e a luta da associação de moradores por condições de vida dignas na periferia.

4. Trajetórias de uma luta

“Lata d’água na cabeça, lá vai Maria lá, vai Maria. Sobe o morro e não se cansa pela mão leva a criança, lá vai Maria”.

A marchinha de carnaval de Joaquim Antonio Candeias Junior, Lata D’Água mostra-se oportuna para ilustrar os anos iniciais da Vila Operária e dos seus moradores, pois representa a realidade de muitas periferias brasileiras. Retrata a vida de luta e o sofrimento dos moradores que não aparecem ilustrados na mídia local, nem as estratégias visando contornar as situações de precariedade. A partir desta elucidação, serão apresentados os primeiros tempos vivenciados pelos moradores em Amoras.

Com uma promessa de casa própria idealizada pela COHAVI, os migrantes, ao chegar em Amoras, se depararam com uma paisagem diferente daquela imaginada por eles. Explica-se: os migrantes esperavam encontrar um bairro popular e com infraestrutura, entretanto, o que existia era um local onde a paisagem rural era marcada, ainda, pela existência de cultivos da antiga Fazenda Colônia Vaz de Melo.

É importante frisar que a Construtora e Incorporadora Chequer Ltda. (responsável pelo loteamento), ao anunciar a venda dos terrenos, afirmou que era a única empresa que entregava lotes com luz, água, calçamento e esgoto (FÔLHA DE VIÇOSA, 1976). Contudo, em Amoras a alocação de infraestrutura não ocorreu de fato, os migrantes foram atraídos por uma falsa promessa de casa própria.

Os problemas urbanos intensificaram-se na cidade a partir da década de 1970. Semelhante a outros municípios, Viçosa enfrentou um crescimento urbano e demográfico associado ao aceleramento das migrações campo-cidade. Em consequência da concentração de renda, os grupos populares passaram a ocupar áreas periféricas, as quais não ofereciam, em sua maioria, serviços básicos, como foi o caso de Amoras.

O processo de ocupação do bairro começou em 1971, contudo sua regulamentação ocorreu somente em 1975. Nos primeiros anos não havia infraestrutura legal capaz de absorver os novos moradores. Faltavam vias de acesso e as existentes não possuíam pavimentação. Não estavam instalados os serviços de energia elétrica, água tratada e esgoto. O bairro também não era atendido por transporte coletivo e não contava com coleta de lixo. Kowarick (1993, p. 62), ao conceituar a espoliação urbana, diz que ela “[...] é um somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência”. Na Vila Operária os moradores estiveram espoliados do seu direito à moradia digna.

Os migrantes, a partir de suas experiências, encontraram meios de amenizar as adversidades vivenciadas no novo espaço, que aos poucos foi tornando-se lugar de referência de sua história. Enquanto a infraestrutura não chegava, os moradores desenvolveram estratégias para minimizar os problemas que assolavam o conjunto residencial e, particularmente, suas vidas. Eles contornavam as dificuldades através de inúmeras maneiras, utilizavam lamparina, velas, lampião e ferro à brasa, enquanto o fornecimento de luz elétrica não existia no bairro; para resolver o problema do lixo o mesmo era queimado, estocado nos lotes vagos, enterrado ou jogado na capoeira; para remediar a

questão do esgoto construíram fossas sépticas. A inexistência de transporte público fazia com que os deslocamentos até a cidade fossem feitos a pé, a cavalo ou de bicicleta.

Como não havia abastecimento de água em Amoras, seus moradores buscavam água de mina nos bairros próximos, como São José do Laranjal e Vau-Açu (cf. Figura 1). O percurso da residência do morador até a mina era difícil, pois além dos grandes deslocamentos e das estradas que dificultavam o trajeto, a água era utilizada para diversos fins (lavar roupa e vasilhas, cozinhar, higiene pessoal etc.), aumentando o número de vezes do itinerário. Outra alternativa era recorrer à casa de amigos que já possuíam cisternas, atitude que demonstra a cooperação dos moradores dos bairros circunvizinhos em relação aos moradores de Amoras. Afinal, a vida em comunidade era embasada em uma rede de solidariedade.

Essas foram às estratégias dos moradores da Vila Operária para se integrarem à cidade (a um ambiente de “precária inserção”) e se tornarem os principais atores da periferia de Amoras. Os moradores, ao minimizarem seus problemas, foram, de certa maneira, também responsáveis pelas sociabilidades no bairro.

A infraestrutura existente na Vila Operária foi fruto de longa e árdua luta dos migrantes junto ao poder público, já que a Sociedade Amigos do Bairro (associação de moradores) só foi criada em 1983 (doze anos após a fundação do bairro). Antes deste ano os moradores se auto-organizaram para conseguir saneamento básico, iluminação pública, transportes, escolas, creches, posto de saúde etc., o que demonstra um processo de reconhecimento do direito a ter direitos. A obtenção da casa no conjunto habitacional tratava-se da realização de um sonho, justamente por isso, os migrantes suportaram as dificuldades infraestruturais encontradas em Amoras.

Os operários do conjunto habitacional passaram a se apropriar dos mesmos meios de comunicação, que até então enaltecia a construção da Vila Operária, para denunciar as dificuldades vividas. A miséria dos pobres foi retratada através de suas reivindicações por serviços básicos e condições de vida dignas na periferia. Segundo relatos dos moradores de Amoras no jornal Integração, até 1981 o bairro ainda não contava com nenhum tipo de calçamento nem rede de esgoto, a iluminação só existia nas ruas principais, São Paulo e do Contorno, onde apenas vinte casas eram beneficiadas com energia elétrica. Por isso, os residentes da Vila Operária estavam reivindicando das autoridades competentes:

[...] abertura e calçamento das ruas, expansão da rede elétrica, com colocação de 13 postes para beneficiar cerca de 36 novas residências, construção de redes de esgoto, construção de grupo escolar e melhoria nas vias de acesso cidade/bairro, cuja precariedade impede o serviço normal de lotação, principalmente nas épocas chuvosas causando grandes transtornos e prejuízos a população (JORNAL INTEGRAÇÃO, 1981, s/p).

Somente na década de 1980 é que uma linha de ônibus chegou ao bairro. Contudo, o caminho que ligava o mesmo ao centro (passando pelo bairro Nova Era, através de uma estrada de terra, ou pela Avenida Jacob Lopes de Castro pelo mesmo itinerário) ainda não possuía sequer um cascalho. Quando chovia o ônibus não realizava o trajeto, tendo os moradores que enfrentar a lama para chegar até o centro da cidade (que dista aproximadamente 4,7 km de Amoras), onde estavam localizados os serviços básicos (escola, hospital, bancos etc.) e, às vezes, o local de trabalho.

Outra dificuldade enfrentada dizia respeito às compras alimentícias, pois, além do bairro ainda não possuir estabelecimentos comerciais, os mercados da cidade não entregavam as compras no local pelo fato de Amoras não possuir calçamento. Nos períodos chuvosos, restava aos residentes da Vila Operária carregar na bicicleta ou no ombro as suas sacolas por longas distâncias. É importante lembrar que durante toda a década de 1970 o bairro não foi atendido pelo transporte público, estima-se que diariamente os moradores percorriam cerca de 9,4 km, sem acrescentar o trajeto para buscar água nos bairros vizinhos.

O abastecimento de água encanada e os serviços de esgotos só foram realizados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) em junho de 1983. Apesar das casas possuírem fossas sanitárias, a rede de esgoto ainda não provia o bairro (Figura 4). No jornal Integração (1983, s/p) esta situação foi relatada: “[...] os detritos originados da pia de cozinha e tanques ainda escorrem em pequenas valetas, onde, à contragosto dos pais, as crianças procuram brincar, correndo o risco de contraírem diversos tipos de doenças”. A falta de saneamento básico e a inexistência de um serviço de coleta de lixo doméstico eram problemas enfrentados pelos moradores na década de 1980. Em função disso, eram comuns os casos de disenteria e verminoses, sobretudo, na população infantil.

Outro problema existente no bairro era a falta de escolas. Assim, enquanto não havia grupo escolar em Amoras, as crianças tinham que se deslocar quatro quilômetros diariamente até o bairro Nova Era para ter acesso ao ensino. Somente em 1984 (treze anos após o nascimento do bairro) é que a prefeitura, durante a gestão de José Américo Garcia (1983-1988), instala a Creche Comunitária Santa Terezinha. Tal creche foi construída em

conjunto com a Associação São Vicente de Paula⁴, que angariou fundos junto aos formandos da UFV e à Loteria Mineira, cujo presidente era Antônio Chequer, para a instalação da creche no local.



FIGURA 4. Casa em Amoras sem rede de esgoto. Fonte: Jornal Integração (1983).

No ano de 1985 o jornal Folha da Mata divulgou as reivindicações dos moradores de Amoras (por serviços básicos e condições de vida dignas nesta periferia) junto à administração municipal: instalação de telefone público, rede pluvial, posto de saúde, farmácia, abastecimento comercial, manutenção da principal via de acesso ao bairro, calçamento das ruas e realização de obras de saneamento básico. Além disso, também solicitaram o atendimento aos que ainda não possuíam esgoto sanitário em suas casas (cerca de quinhentas pessoas). Buscando atender ao pedido do ano anterior, em 1986 a

⁴Esta entidade desenvolvia diversos projetos no bairro. Em 1984, com o objetivo de prestar assistência alimentar às crianças carentes, a Conferência Vicentina montou um lactário. Além disso, frequentemente, esta organização doava cestas básicas para as famílias em situação de vulnerabilidade (FOLHA DA MATA, 1984).

Telecomunicações de Minas Gerais S.A (TELEMIG) inaugurou o primeiro telefone público em Amoras.

Com o elevado custo de vida na cidade em relação à zona rural, onde se praticava criações (de galinha, gado, porcos, carneiros) e agricultura que contribuíam com a renda, os migrantes que se deslocaram para a Vila Operária tiveram problemas financeiros. Segundo Santos (2005), de uma maneira geral, o aumento da população urbana nas cidades concorreu para formação de espaços onde a pobreza é predominante, devido, principalmente aos problemas relacionados ao acesso ao trabalho, à habitação e as infraestruturas. Em Viçosa, a omissão do Estado na provisão de habitação e infraestruturas para as classes populares, deixou nas mãos dos pequenos e médios proprietários a produção de um cenário complexo de urbanização de cidade pequena, marcado pelos baixos salários, êxodos rurais e pela migração massiva, gerando uma pauperização crescente.

Enquanto não conseguiam emprego formal, os moradores faziam bicos para se sustentar. Alguns trabalhavam de costureira, faxineira, lavadeira, outros de jardineiro, lavrador, pedreiro e servente. Outras pessoas possuíam algum tipo de renda que auxiliava nas despesas: venda de terrenos nos lugares de origem, pensão de ex-marido (no caso de separação ou divórcio) e ajuda de parentes. Todas estas ações revelam as estratégias de (re)existência da população.

Os migrantes também apresentaram dificuldades de adaptação à nova realidade: uma cidade maior em relação às comunidades rurais em que originariamente viviam. Ir para Viçosa, mais especificamente para Amoras, significava deixar para trás uma cultura herdada para se confrontar com um outro gênero de vida. Eles experienciaram um processo de mudança e de adaptação que permitiu aos recém-chegados participarem como atores do seu novo quadro de vida e deste novo espaço periférico.

A tomada de consciência dos moradores sobre seu poder e participação no jogo político se traduziu na constituição da Sociedade Amigos do Bairro (associação de moradores) e de uma pauta política. Segundo Santos (1981), as populações que passam a se concentrar nos loteamentos populares têm poder de barganha política, como são muitos, podem eleger vereadores e prefeitos. Reivindicam em troca benefícios sob a forma de bens de consumo coletivo: extensão de linhas de ônibus para o local; asfaltamento e iluminação pública de vias principais; abastecimento de água potável; coleta e tratamento de esgoto etc.

A atitude pública teve consequências econômicas: ocorreu uma valorização das moradias e dos terrenos, valorização que aumentou a cada investimento que foi realizado no lugar. Assim, em Amoras cada conquista representava uma dupla apropriação: a dos moradores que, além de terem as suas condições de moradia melhoradas, tinha um sobrevalor acrescido a seu pequeno patrimônio; e a do empreendedor imobiliário, Antônio Chequer, que viu crescer em escala geométrica o valor de seus terrenos remanescentes.

Um aspecto marcante identificado na Vila Operária foi à instauração de serviços básicos e infraestruturais, sobretudo nos períodos de campanha eleitoral, característica pujante do clientelismo. Com a reeleição de Chequer (1989-1992) foi instalada a rede de energia elétrica no bairro, conectando ao centro, e também foram pavimentadas as ruas. Fora do período eleitoral, os serviços foram chegando morosamente em Amoras. De acordo com Santos (2014, p.119), nas cidades pequenas “[...] os organismos do Estado e as autoridades públicas dispõem não raro de um poder apenas formal, dada a inexistência de meios financeiros e decisórios”. Nesse sentido, a população vê-se desfavorecida em virtude da fragilidade do aparelho administrativo. Soma-se a isso a menor possibilidade, na periferia, de exercer pressão sobre o governo local. Quanto mais distante dos centros de poder (não somente física, mas, sobretudo em termos de capacidade de exercer pressão política), mais difícil é fazer ouvir a própria voz.

O papel do Estado pode ser facilmente visualizado na seletividade do investimento público (infraestrutura, equipamento coletivo, normatização e fiscalização do uso do solo) que encobre o “segredo” da valorização da terra. O centro da cidade era priorizado pela administração local, pois se tratava de áreas de especulação e, portanto, retentoras de capital. A infraestrutura, priorizada nestes espaços, atendia às classes altas e médias que, em alguma medida, retroalimentavam a valorização da área central e de seus equipamentos urbanos. Desse modo, um dos resultados da planificação urbana capitalista amalgamada com o processo especulativo do mercado foi a distribuição desigual dos equipamentos de uso público. Em outras palavras, ocorreu uma verdadeira segregação no nível dos equipamentos coletivos: o “subequipamento” do conjunto operário opo-nde-se ao “superequipamento” dos conjuntos da burguesia (bairros nobres e condomínios fechados).

A política habitacional em Viçosa provocou profundas transformações na produção do espaço urbano através de instituição do conjunto habitacional nas fimbrias da cidade. Concentrou recursos e intensificou a exploração da força de trabalho e as desigualdades socioespaciais.

Nos conjuntos financiados pelo BNH verificou-se a ausência de infraestrutura. Este fato resultou da política adotada pelo Estado que encarregava as instituições habitacionais – como Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Estado de Minas Gerais (INOCOOP-MG) e a COHAB-MG – apenas a tarefa de construir casas, deixando sob a responsabilidade dos órgãos municipais a elaboração e execução dos equipamentos comunitários e de infraestrutura.

Em Viçosa, a COHAVI não providenciou tais equipamentos: em Amoras estes serviços ficaram a cargo da população. Portanto, a realidade da Vila Operária muito se assemelha às ocorridas em outras escalas espaciais (cidades de médio e grande porte), nas quais a instauração de serviços básicos e infraestruturais nos conjuntos foi oriunda das pessoas residentes e das associações de moradores. Outra similitude da Vila Operária com os demais conjuntos implantados em escala nacional diz respeito ao modelo de expansão periférica usualmente em bairros distantes, nos quais havia grandes glebas urbanas a baixo custo.

5. Considerações finais

A periferia de Amoras, onde se consolidou o conjunto habitacional Vila Operária, se cristalizou como uma alternativa para os grupos populares, impedidos de se fixar nas áreas melhor servidas de recursos urbanísticos. O loteamento no Alto das Amoras foi aberto em antiga área rural e fracionado em lotes pequenos, carentes de infraestrutura e distante da área central (geradoras de empregos e dos recursos urbanísticos). O valor das prestações foi determinado a partir de uma estimativa da capacidade de pagamento dos compradores, no caso, os operários viçosenses, os quais, devido seus baixos rendimentos, se viram obrigados a morar neste bairro carente de quaisquer serviços.

Ao confrontar os dados da realidade de Amoras (quantidade de lotes doados, as condições infraestruturais e sociais etc.) com as imagens e representações construídas pelos principais meios de comunicação, constataram-se dicotomias entre o discurso (a propaganda) e a realidade vivenciada no bairro. A mídia ocultou por muito tempo a reais condições de habitabilidade na Vila Operária, assim como superestimou o número de doações feitas, por sinal, bem menor do que a divulgada. A doação de lotes (e de materiais de construção) e a venda de terrenos a preços módicos na Vila Operária constituíram-se

como estratégia central para a consolidação da carreira política de Antônio Chequer e para a construção da imagem de benfeitor dos pobres.

É importante destacar o fato de um representante do grupo empresarial ter assumido cargos do executivo em diversos mandatos. Sua estratégia empresarial foi responsável pela construção de um mito que vigora até os dias atuais: ter sido o prefeito a se preocupar com o problema de habitação na cidade e, em especial, por ter sido um dos poucos a prover moradias para os grupos populares. Desfrutando de sua liderança política local, Chequer aproveitou as campanhas eleitorais para assegurar os seus interesses econômicos e de sua Construtora. Portanto, em Viçosa as esferas do público e do privado se confundiram de forma inexorável (clientelismo e personalismo).

Esperançosos e imbuídos de sonhos, os migrantes aguardavam por um bairro popular com infraestrutura legal, contudo encontraram um local marcado, ainda, pelos cultivos da antiga Fazenda Colônia Vaz de Melo. Ao avaliar as artimanhas da propaganda da COHAVI em torno da Vila Operária, observou-se que os migrantes foram atraídos por uma falsa promessa de casa própria, uma vez que, a alocação de serviços básicos prometida pela Construtora e Incorporadora Chequer Ltda. não ocorreu de fato. Considerando o significado amplo da moradia, não apenas como abrigo, mas como inserção na cidade, ou seja, como ocupação do espaço urbano com seus complementos de infraestrutura, serviços, transportes, equipamentos coletivos etc., verificou-se que os migrantes conquistaram um lote, porém em condições ínfimas. Portanto, a obtenção da moradia não garantiu necessariamente a inclusão social, mas sim uma inserção precária, para não dizer perversa, na cidade.

O Estado eximiu-se da responsabilidade de garantir as condições mínimas de habitabilidade às classes populares, restando aos migrantes lutar pela habitação e por condições para se viver de forma digna na cidade. A desigualdade, no que tange ao acesso a bens e serviços em Viçosa, colocou em pauta a natureza e a qualidade do conflito social associadas à capacidade dos grupos populares, em especial a classe trabalhadora, de se constituírem como sujeitos sociais por meio do engajamento político (associação de moradores), da disposição de lutar por seu lugar (seu bairro), da participação democrática, do exercício da cidadania e das redes de relações comunitárias e solidárias.

O modelo periférico do conjunto residencial Vila Operária desencadeou um processo de seletividade espacial e fragmentação socioespacial (ou estratificação social), criada pelos próprios agentes da COHAB, INOCOOP e COHAVI. O Estado promoveu a dispersão urbana

da moradia dos grupos populares, deslocando-os para as áreas distantes dos espaços de maior oferta de emprego, de consumo de bens e serviços coletivos e de lazer. Os bens públicos (atendimento médico, educação, pavimentação, saneamento básico etc.) no Alto das Amoras deixaram de ser ofertados pelo Estado e quando o foram se converteram em mero instrumento de acumulação privada. Restou à população residente no bairro se auto-organizar para reivindicar ou prover seus próprios bens de uso comuns. Mesmo sabendo da precariedade de serviços básicos, as pessoas continuaram no conjunto Vila Operária porque a aquisição da casa própria por si só justificava os sacrifícios.

Apesar de parte dos migrantes terem sido contemplados com a política habitacional através do “Projeto” considera-se que, devido à inserção precária na cidade, os grupos populares participaram subalternamente da política do BNH. As péssimas condições habitacionais, o encarecimento do preço da moradia e a segregação socioespacial da população de baixa renda no espaço foram algumas das marcas da urbanização em Viçosa.

Referências Bibliográficas

Fontes primárias

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Jornais Avulsos Rolo 128. **Fôlha de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais, 1963-1978. 35 mm. Microfilme.

BRASIL, MINAS GERAIS, VIÇOSA. Acervo do jornal **Integração**, sala de registros, 1979-1983, s/p.

BRASIL, MINAS GERAIS, VIÇOSA. Acervo do jornal **Folha da Mata**, sala de registros, 1984-1986, s/p.

BRASIL, MINAS GERAIS, VIÇOSA. **Cadastro de imóveis de Viçosa**. Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Viçosa – MG, 1971-1986.

BRASIL, MINAS GERAIS, VIÇOSA. **Legislação Municipal de Viçosa**. Câmara Municipal de Viçosa, 1964-1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Municípios do Estado de Minas Gerais, v. xxii, Município de Viçosa, Minas Gerais, pp. 426-432, 1959-1964. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>>. Acesso em: 02 set. 2015.

Fontes secundárias

BARBETA, Pedro Alberto. Técnicas de amostragem. In: **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 7 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011, p. 41-61.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1999, 343p.

COELHO, Dayana Debossan; CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Formação das periferias urbanas de Viçosa (MG)**: os casos de Nova Viçosa e Amoras (1970-1980). Relatório final de Pesquisa de Iniciação Científica – Fundação de Amparo a Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Viçosa (MG): Departamento de Geografia (DGE), 2013.

DIAS, Adelaide Luiza Novaes; SANTOS, Janaina Matoso; CARVALHO, Aline W. Barbosa de; FARIA, Teresa Cristina de Almeida. **Estudo comparativo do processo de ocupação irregular do solo urbano nas áreas centrais e periféricas**. Relatório final de Pesquisa de Iniciação Científica – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Viçosa (MG): Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), 2011.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos pela construção da moradia popular: mutirões comunitários. In: **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p.115-154.

KOWARICK, Lúcio. “Autoconstrução de moradias e espoliação urbana”. In: **A espoliação urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 59-101.

SANTOS, Milton. “A evolução recente da população urbana, agrícola e rural”. In: **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 31-36.

_____. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 169 p.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. “Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros”. In: VALLADARES, Licia do Prado (Org). **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2ª ed., 1981, pp. 17-48.